

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.823 - MG (2019/0299155-3)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : MATHEUS GABRIEL DO NASCIMENTO SANTOS DIAS (PRESO)  
**ADVOGADO** : MATEUS FILIPE DE PAULA RODRIGUES E OUTRO(S) - MG190320  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por MATHEUS GABRIEL DO NASCIMENTO SANTOS DIAS – preso cautelarmente no dia 21 de julho de 2019, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.091209-7/000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante na posse de 34 porções de maconha, pesando 36,40g, 185 porções de cocaína, pesando 90,20g e 24 porções de *crack*, pesando 7,60g.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 70):

**EMENTA:** *HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS – PRISÃO PREVENTIVA – REVOGAÇÃO – PRESENÇA DOS ELEMENTOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR – DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. A decretação da custódia cautelar, independentemente de qualquer providência cautelar anterior, apenas deverá ocorrer em situações absolutamente necessárias, a saber, caso se encontre provada a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, quais sejam, risco à ordem pública, econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar o cumprimento da lei penal, aliada às circunstâncias do art. 313 do CPP. Se o MM. Juiz fundamenta a decisão com as suas razões de decidir se sustentando em dados concretos dos autos demonstrando a necessidade da segregação, não há que se falar em constrangimento ilegal.*

No presente recurso, a defesa sustenta, em síntese, a ilegalidade

# Superior Tribunal de Justiça

da segregação cautelar ante a ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva e dos motivos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao recorrente, com a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, precisamente o monitoramento eletrônico previsto no inciso IX do referido dispositivo legal.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, ao denegar a ordem, o Tribunal impetrado considerou a gravidade da conduta, notadamente a diversidade e a significativa quantidade de drogas apreendidas em poder do recorrente. Confira-se (e-STJ fls. 73 grifei)

(....)

*Registre-se que o Paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06.*

*Nesse ínterim, tenho que, no caso em apreço, sem adentrar no mérito, existe prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria e, ainda, que o delito imputado ao acusado é doloso e punido com reclusão.*

*Infere-se da documentação acostada ao presente feito que teria sido apreendido 36,40g (trinta e seis gramas e quarenta centigramas) de substância semelhante a maconha, dividida em 34 (trinta e quatro) porções; 90,20g (noventa gramas e vinte centigramas) de substância semelhante a cocaína, dividida em 185 (cento e oitenta e cinco) porções;*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*e, 7,60g (sete gramas e sessenta centigramas) de substância semelhante ao crack, dividido em 24 (vinte e quatro) porções.*

Com efeito, "o magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal preconiza que a grande quantidade de droga apreendida, entre outros aspectos, justifica a necessidade da custódia cautelar para a preservação da ordem pública" *Precedentes* (RHC n. 116.709, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 11/6/2013, publicado em 23/8/2013).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator